

PRODUÇÃO ECONÔMICA DE MINAS GERAIS EM MEADOS DO SÉCULO XIX

Maria do Carmo Salazar Martins¹
Helenice Carvalho Cruz da Silva²

Palavras-chave: economia provincial mineira, produção agropecuária, comércio intraprovincial e extraprovincial, indústria artesanal.

Resumo: Neste trabalho procuramos estudar o caráter vicinal da economia mineira utilizando uma fonte pouco explorada. Tratam-se dos mapas de população de Minas Gerais (encontrados no Arquivo Público Mineiro) que foram exigidos pelo Ministério do Império na segunda metade do século XIX, e que tinham por finalidade fazer o levantamento da população total do País ao mesmo tempo que procuravam conhecer a produção econômica de cada região.

1. INTRODUÇÃO

O debate acadêmico que se estabeleceu nos anos de 1980 sobre o caráter vicinal ou não da economia mineira no Oitocentos encontrou muitos seguidores e, apesar de hoje ser consensual no meio a afirmativa de que a economia provincial mineira seria formada sobretudo por unidades agrícolas diversificadas – fazendas, sítios e roças – produzindo internamente para autoconsumo e para venda em mercados locais, a busca por fontes fidedignas que contribuam para fortalecer esse argumento tem se tornado uma meta interdisciplinar entre pesquisadores interessados nesta temática. Vários trabalhos com enfoque regional vêm sendo produzidos, facilitando, e muito, o conhecimento de uma província tão peculiar no contexto da historiografia da escravidão moderna.

A redescoberta de uma fonte de dados para anos vizinhos a 1860 possibilitou incursões no estudo da economia mineira, principalmente no que diz respeito à produção agropastoril provincial. Entretanto, não procuramos aqui estabelecer o tamanho das propriedades rurais individuais, o tipo de exploração, o volume de sua produção nem seu valor monetário. A base de dados utilizada só nos permite visualizar onde se plantava, o que se plantava, onde se criava gado, o total da população livre e escrava e as ocupações de uma pequena parcela da população livre.

O que pretendemos, portanto, é retratar, de forma sistemática, a qual tipo de lavoura e/ou pecuária se dedicavam os habitantes da província de Minas Gerais tanto no nível regional, chegando mesmo a particularizar alguns municípios quando necessário, como no território mineiro como um todo.

¹ Pesquisadora do Cedeplar /UFMG e do Centro de Estudos Mineiros /UFMG

² Pesquisadora do Cedeplar /UFMG

2. DESCRIÇÃO DA FONTE

Durante a década de 1850 tentou-se realizar o primeiro Censo Geral do Império. Várias leis foram homologadas marcando a data em que o recenseamento deveria começar e foram criadas, em todas as províncias, repartições responsáveis pelas estatísticas. Porém, as tentativas de se conhecer a população total do País, em meados do século, não foram bem sucedidas: o primeiro recenseamento geral no Império data de 1872.

Em outubro de 1854, o Ministro do Império enviou uma circular solicitando estimativas das populações provinciais. Na província mineira, o encarregado da Repartição de Estatística, Luis Maria da Silva Pinto, traçou o Mapa Comparativo da População de Minas Gerais em Diferentes Épocas e o Mapa Gradativo da População das Comarcas, Municípios e Paróquias da Província de Minas Gerais, ambos datados de 21 de dezembro de 1855. Esses mapas estão anexados ao relatório do presidente da Província Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, datado de 1855. É possível que estas estimativas tenham sido elaboradas a partir de mapas distritais, uma vez que um conjunto de documentos manuscritos datados de 1855, contendo informações relativas à população, foi encontrado no acervo do Arquivo Público Mineiro (APM).

No entanto, parece que as estatísticas não agradaram, ou não foram suficientes para satisfazer o Ministério do Império. Novos avisos e circulares datados de 1856, 1860 e 1861 foram expedidos exigindo o cumprimento taxativo das ordens ministeriais. Exemplificando tal fato transcrevemos uma circular de 4 de novembro de 1856:

Palácio da Presidência da Província no Ouro Preto

4 de novembro de 1856

Circular

Para que esta Presidência possa cumprir o disposto no Aviso do Ministério do Império de 4 de outubro próximo findo, convém que Vossa Mercê pela parte que respeita a essa Freguesia envie-me para todo o mês de janeiro próximo futuro uma informação contendo o cômputo ao menos aproximado da população livre e escrava por estados, nacionalidades e empregos, e a ser possível qual seu movimento no corrente ano por nascimentos e óbitos, bem como o gênero de indústria porque mais se distingue a referida população.

O que comunico a Vossa Mercê para seu conhecimento, esperando que na satisfação desta exigência dê Vossa Mercê mais uma prova de seu zelo pelo serviço público.

Deus guarde a Vossa Mercê

Reverendíssimo Senhor Vigário da Freguesia de³

Revela-se nesta circular a preocupação não apenas com o recenseamento populacional mas, também, uma preocupação direcionada para o conhecimento da produção econômica de cada paróquia mineira.

Embora todas essas tentativas de arrolamento completo tenham sido frustradas, o levantamento do material manuscrito remanescente dessas ordens resultou muito proveitoso para os pesquisadores, na medida que conseguimos a cobertura de dados para quase toda a Província de Minas Gerais entre os anos de 1855 e 1862. Ou seja, para o ano de 1862 foram encontrados mapas de 76 freguesias, pertencentes a 34 municípios mineiros. Para o ano de 1861 localizamos 210 mapas paroquiais distribuídos por 53 municípios. Os 163 mapas de população datados de 1855/57 estão distribuídos por 45 municípios mineiros⁴.

Na verdade, embora nem todas as freguesias tenham respondido aos inquéritos censitários, todos os 60 municípios mineiros existentes em 1860 estão representados em nossa base de dados e, dada à escassez de dados estatísticos confiáveis para o período imperial brasileiro, a análise desse material contribui sobremaneira para o aprofundamento das questões relativas à história econômica da nação.

3. METODOLOGIA

3.1. TRATAMENTO DOS DADOS

A utilização combinada desses conjuntos de mapas de população possibilitou a complementação de informações e a reconstituição do perfil demográfico e econômico da província mineira. Embora as especificações dos mapas pareçam conter os dados necessários para estudos em profundidade, há que se ressaltar que a prática estatística da época deixava muito a desejar. Além disso, poucas vezes as ordens governamentais eram cumpridas com o rigor necessário e, quando o eram, nem sempre obedeciam a uma padronização estatística, resultando em um conjunto de informações incompletas e/ou confusas. Acrescente-se a esses problemas a constatação de que as fontes históricas não são totalmente objetivas. Na verdade, devem ser consideradas como versões parciais do passado, criadas a partir da realidade de quem as produziu. Entretanto, não se pode perder de vista o fato de que o sujeito que as construiu é parte integrante daquela realidade e não pode ser dissociado dela. Cabe ao pesquisador, avaliar o documento tanto naquilo que ele esconde como no que revela e, a partir daí, estabelecer um diálogo com as fontes que facilite e permita sua análise.

³ APM, SP Códice 612, p.575.

⁴ .APM, SP Códices 570, 609, 610 654, 955, 956, 1005 e 1006.

Ao trabalharmos com mapas de uma mesma freguesia para anos diferentes sempre foi selecionado aquele que fornecia os dados mais completos e consistentes. A opção em se trabalhar apenas com a variável condição (livre/escravo) foi determinada pela nossa necessidade de compreender a dimensão cultural/social/ política e econômica da Província de Minas Gerais em sua totalidade. Além do mais, essa informação constava de todos os mapas estudados enquanto as outras variáveis como sexo, idade e estado civil foram fornecidas apenas pelas 76 freguesias que responderam ao inquérito de 1862⁵.

A outra variável utilizada, a produção econômica de cada freguesia, também foi retirada daqueles mapas que apresentaram as informações mais completas e consistentes. É preciso salientar que nem todos os municípios forneceram informação sobre sua produção econômica, mas acreditamos que, ainda assim, a representatividade das regiões não ficou prejudicada.

Devido ao escopo deste trabalho decidimos direcionar nossa atenção segundo uma dimensão macro, propondo um enfoque regional que propicie uma verificação do aspecto vicinal da economia mineira no terceiro quartel do século XIX e, ao mesmo tempo, saliente as diferenças ou especializações na estrutura agrária mineira.

A regionalização constitui basicamente um trabalho de agrupamento de unidades espaciais, existindo modos distintos de classificação. Considerando um universo composto de certo número de elementos, o procedimento da classificação procura associar cada elemento do universo a uma classe, processo a ser feito mediante dois caminhos: do geral para o particular, de forma que o conjunto dos elementos seja dividido em grupos cada vez menores, enfatizando-se as diferenciações entre lugares. O segundo caminho parte da idéia de agregados alocados em subconjuntos maiores. Neste procedimento o foco dirige-se para a busca de regularidades.

A opção pelo primeiro caminho é mais adequada nas situações em que se conhecem previamente as propriedades mais significantes que se prestam ao estabelecimento de classes. Já o segundo caminho do agrupamento permite, pelas regularidades encontradas, a identificação de tais propriedades. No caso da classificação de unidades espaciais, de modo a resultar em uma regionalização, é necessário que haja contigüidade entre as unidades formadoras dos conjuntos, demarcando, assim, as possibilidades de serem obtidos sistemas regionais genéricos, atendendo, simultaneamente, a diversos critérios. Há que se ressaltar ainda que a escolha entre tipos

⁵ Ver Martins et alli., 2002.

regionais (não conexos) ou regiões constitui uma decisão subjetiva, mas que influi na apresentação dos resultados, segundo os objetivos esperados com a regionalização.

Feitas essas considerações, optamos por dividir a Província em nove grandes regiões geográficas. São elas: Centro, Centro-Oeste, Jequitinhonha/Rio Doce, Mata, Sudoeste, Sul, Vertentes, Triângulo/Alto Paranaíba e Norte/Noroeste destacadas no mapa a seguir.

MAPA DE MINAS POR REGIÕES



Visando atender uma possível necessidade dos estudiosos de Minas, decidimos situar em uma tabela como os municípios se distribuíam entre as regiões.

Tabela 1
DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS SEGUNDO SUAS REGIÕES

REGIÕES	MUNICÍPIOS
CENTRO	Bonfim, Caeté, Curvelo, Itabira, Mariana, Ouro Preto, Queluz, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia
CENTRO-OESTE	Dores do Indaiá, Formiga, Pitangui, Pará, Pium-í, Santo Antônio do Monte, Tamanduá
JEQUITINHONHA / RIO DOCE	Conceição, Diamantina, Minas Novas, Serro
MATA	Barbacena, Leopoldina, Mar de Espanha, São Paulo de Muriaé, Santo Antônio de Paraibuna, Piranga, Pomba, Rio Preto, São Januário de Ubá, Ponte Nova
SUDOESTE	Alfenas, Caldas, Jacuí, Passos
SUL	Aiuruoca, Baependi, Cristina, Itajubá, Jaguarí, Campanha, Lavras, Pouso Alegre, Três Pontas
VERTENTES	Oliveira, São João Del Rei, São José Del Rei
TRIANGULO / ALTO PARANAÍBA	Araxá, Bagagem, Desemboque, Patrocínio, Prata, Rio Paranaíba, Uberaba
NORTE / NOROESTE	Grão Mogol, Januária, Montes Claros, Paracatu, Rio Pardo, São Romão

3.2. DELIMITANDO CONCEITOS

Antes de estudarmos a distribuição da produção econômica provincial é preciso esclarecer alguns conceitos. Se lidarmos com o século XIX adotando terminologia atual corremos o risco de induzir interpretações não condizentes com a época estudada. Buscando superar esse problema decidimos explicitar as categorias que utilizamos para classificação dos diversos produtos mineiros.

Consideramos produção de subsistência a produção voltada para o consumo doméstico. Entretanto, esta produção poderia gerar sobras (excedente) passíveis de serem comercializadas. Isso fica bem claro quando, ao voltarmos à fonte dos dados, encontramos relatos dos párocos dizendo que *se planta para comer e o pouco que sobra é vendido no local ou exportado para freguesias vizinhas*. Encontramos também casos de produção de subsistência em que determinado produto *in natura* aparecia como produção para consumo exclusivamente doméstico; entretanto seus derivados constavam da pauta de exportação dos mesmos municípios produtores. Como exemplo podemos citar o município de Bagagem que declarava produzir algodão apenas para subsistência e, no entanto, comercializava e exportava o pano de algodão. Encontramos também casos em que a produção mal dava para o consumo doméstico, no entanto bens transformados eram comercializados. Portanto, há que se considerar que a produção de subsistência também pode significar uma produção de matéria prima para indústria.

Quando tratamos da importação devemos considerar dois tipos distintos de produtos. Em primeiro lugar importavam-se mercadorias que a Província não produzia e que se resumiam a uma “lista” comum de produtos, quais sejam: fazenda seca, molhados, sal, ferragens para lavoura, aí incluído o ferro para ser trabalhado, alguma louça e objetos de luxo em escala reduzida. Nos documentos, essas mercadorias, exceto o sal, são sempre mencionados como “fazendas secas e molhados do Reino ou bebidas espirituosas estrangeiras”. Esta pauta de importação permaneceu praticamente a mesma durante todo o século XIX. A literatura dos viajantes, os relatórios dos Presidentes da Província, algumas pautas de importação como, por exemplo, a de 1818, feita pelo Barão de Eschwege, confirmam o escasso consumo de produtos estrangeiros.

Outro tipo de importação era aquela que pode ser caracterizada como resultado de comercialização intermunicipal e/ou intraprovincial. Trata-se do comércio interno da Província, quando aquilo que chamamos de excedente ou sobras da produção de subsistência eram colocados no mercado. Ou seja, encontramos municípios importando alimentos como arroz, feijão, gado, assim como algodão em rama para a produção de panos de algodão.

A exportação significa o comércio intermunicipal e interprovincial. Trabalhos anteriores têm demonstrado que nesse período a exportação da província de Minas Gerais era ínfima se comparada com a produção exportada pelas outras províncias do Império. Somente o café, o pano de algodão, queijos, toucinho, fumo e gado em pé tinham peso relativamente alto na balança comercial.⁶ A documentação estudada nos revela que o grosso da atividade econômica era destinada tanto ao autoconsumo como ao mercado interno da região. Nesse sentido, devemos entender exportação como uma atividade comercial entre freguesias e municípios. Apenas em alguns casos específicos a exportação era dirigida para fora dos limites provinciais.

Além disso, é preciso ter bem claro que o termo indústria aqui utilizado deve ser entendido como a simples transformação da matéria prima em algum tipo de produto artesanal onde se utilizava basicamente a atividade manual individual e, eventualmente, alguma peça de maquinaria rudimentar como, por exemplo, a roca de fiar ou uma engenhoca de cana. Ou seja, sempre que falamos em indústria, estaremos falando de indústria artesanal doméstica.

Como uma das perguntas que deveriam ser respondidas pelas autoridades locais dizia respeito ao estado da indústria nas suas circunscrições, decidimos agrupar a produção agropecuária e seus derivados originados de algum tipo de transformação. Com este procedimento objetivamos verificar, no nível regional, o registro de criação do gado suíno, por exemplo, associada ou não a produção do toucinho. Ou seja, estamos focalizando a indústria artesanal doméstica que existia em Minas no Oitocentos. Nesse sentido, estabelecemos as seguintes associações:

TABELA 1

PRODUTOS AGROPECUÁRIOS PASSÍVEIS DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Produtos In natura	Produtos industrializados
Algodão	Panos de algodão
Cana-de-açúcar	Açúcar, aguardente e rapadura
Fumo	Tabaco
Mamona	Azeite
Mandioca	Farinha de mandioca, goma de mandioca e polvilho
Milho	Farinha de milho e fubá
Gado vacum	Queijo, sola e couro
Gado suíno	Toucinho
Gado ovino	Panos de lã
Gado caprino	Queijo

Finalmente, devemos ressaltar que foram considerados para a análise da produção econômica somente os produtos que tiveram uma representação significativa nas declarações catalogadas. Desta forma, os produtos agrícolas são: feijão, arroz, café,

⁶ Martins e Martins, 1984

milho, algodão, cana-de-açúcar, fumo, mamona, mandioca. A pecuária está representada pelos gados vacum, suíno, ovino, cavalari, caprino e muar.

4 - POPULAÇÃO

Passemos agora a uma breve análise da distribuição da população da província de Minas Gerais em torno do ano de 1860. Em primeiro lugar, interessa-nos verificar como se distribuían os habitantes segundo sua condição de livres e escravos entre as macro-regiões e na Província. Em seguida, iremos estender nossas observações à distribuição ocupacional dos indivíduos livres. Na tabela abaixo focalizamos nosso primeiro interesse.

Tabela 2
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA SEGUNDO AS REGIÕES – CIRCA 1860

Regiões	Livres	Livres/ Total de livres	Escravos	Escravos/ Total de escravos	Total da população	Total da População/ região	Livres/ Total da região	Escravos/ Total da região
Centro	215.409	23,91	65.426	22,55	280.835	23,58	76,70	23,30
Campo das Vertentes	46.477	5,16	21.755	7,50	68.232	5,73	68,12	31,88
Mata	105.081	11,67	64.617	22,27	169.698	14,25	61,92	38,08
Sul	114.681	12,73	48.596	16,75	163.277	13,71	70,24	29,76
Centro-Oeste	74.685	8,29	23.938	8,25	98.623	8,28	75,73	24,27
Sudoeste	61.908	6,87	18.942	6,53	80.850	6,79	76,57	23,43
Triângulo/Alto Paranaíba	94.597	10,50	24.351	8,39	118.948	9,99	79,53	20,47
Jequitinhonha/Rio Doce	83.409	9,26	13.434	4,63	96.843	8,13	86,13	13,87
Norte/Noroeste	104.521	11,60	9.044	3,12	113.565	9,54	92,04	7,96
TOTAL	900.768	100,00	290.103	100,00	1.190.871	100,00	75,64	24,36

Fonte: APM, SP Códices 570, 609, 610, 654, 955, 956, 1005 e 1006

É interessante observar que 61,57% da população escrava estava concentrada em três regiões (Centro, Mata e Sul). Estas três regiões eram responsáveis por 52% da população total da província.

A região Centro concentrava a maior proporção de população provincial, fato este que se explica por ter sido ela uma das primeiras regiões que sofreram o processo de colonização e povoamento provocado pelo extrativismo aurífero. Além disso, ali também estava situada a principal estrutura do poder político mineiro (o município de Ouro Preto, capital da Província, sediava a Presidência da Província, a Assembléia Legislativa e os órgãos que compunham a estrutura administrativa provincial) bem como do poder eclesiástico (não há como negar a importância do Bispado de Mariana). Entretanto, apesar de seu elevado número de escravos, o percentual em relação à população livre estava um pouco abaixo da média da Província como um todo (24,4%). Já na Zona da Mata, no Campo das Vertentes e no Sul a relação percentual livre/escravo se inverte, ou seja, são as regiões onde existiam as maiores proporções de escravos em relação à população livre.

Não é nossa intenção neste trabalho compararmos a distribuição regional ou mesmo municipal da população em diferentes períodos de tempo. É bem verdade que esses dados existem; entretanto, em trabalho anterior já salientamos o dinamismo da política administrativa do governo provincial mineiro no Oitocentos, quando municípios, distritos e comarcas eram constantemente desmembrados, reagrupados, suprimidos e reinstalados⁷. Dessa forma, sem um trabalho artesanal de reconstituição do mosaico urbano mineiro não assumimos correr o risco de compararmos territórios diferentes e, conseqüentemente, agrupamentos de populações diferentes apenas porque os nomes das localidades são os mesmos em 1800 e em 1860.

Os números apresentados sobre a distribuição da população falam por si. Entretanto, a observação dos mesmos sob uma outra perspectiva, qual seja, uma distribuição segundo grupos de ocupação, nos permite lançar novas luzes não só sobre a distribuição da população como também sobre a economia mineira na segunda metade do século XIX.

Neste ponto, é preciso lembrar que a análise da distribuição da população por grupos de ocupação tem por base as informações contidas nos documentos consultados e, assim sendo, as ocupações foram determinadas pelas autoridades locais que preencheram os formulários. O grupo “sem ocupação” se verificou para apenas duas paróquias. Importante ainda é lembrar que estamos lidando com ocupações de homens livres. A experiência com os dados demográficos históricos de Minas Gerais tem demonstrado que a indicação de ocupação dos habitantes, na maioria das vezes, só é fornecida para livres e para os chefes do domicílio, principalmente se esse chefe for homem⁸. Resumindo, uma análise da população segundo a ocupação só foi possível para uma amostra de 8,21% da população masculina livre total amostrada⁹. Na tabela abaixo podemos observar os resultados obtidos para esta variável:

⁷ Ver Martins, 2002.

⁸ A alta incidência de não informação sobre ocupação nos inquéritos censitários do século XIX, foi discutida em vários trabalhos, entre eles: Paiva, Clotilde Andrade e Martins, Maria do Carmo Salazar. “Minas Gerais em 1831. Notas sobre a Estrutura Ocupacional de Alguns Municípios.” Anais do III Seminário Sobre Economia Mineira . Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1984.

⁹ Embora as relações de gênero não sejam aqui alvo de análise, em trabalho anterior verificamos que 9,5% dos fogos existentes nesse período eram chefiados por mulheres livres que, na grande maioria dos casos, não declaravam ocupação.

TABELA 3
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE OCUPAÇÕES E REGIÕES – CIRCA 1860

Região	Empregados Públicos	%	Agropecuária	%	Negociantes	%	Ofícios Mecânicos	%	Total
Centro	1.811	6,31	20.244	70,54	2.031	7,08	4.613	16,07	28.699
Centro-Oeste	23	2,24	712	69,26	92	8,95	201	19,55	1.028
Jequitinhonha/Rio Doce	114	2,27	4.329	86,27	140	2,79	435	8,67	5.018
Mata	529	5,73	7.556	81,88	555	6,01	588	6,37	9.228
Sudoeste	12	0,43	2.680	96,75	50	1,81	28	1,01	2.770
Sul	116	1,30	5.398	60,41	1.391	15,57	2.031	22,73	8.936
Campo das Vertentes	185	5,24	1.322	37,47	520	14,74	1.501	42,55	3.528
Triângulo/Alto Paranaíba	236	2,72	7.232	83,38	311	3,59	895	10,32	8.674
Norte/Noroeste	35	0,57	5.808	95,12	95	1,56	168	2,75	6.106
Total	3.061	4,14	55.281	74,72	5.185	7,01	10.460	14,14	73.987

Fonte: APM, SP, Códices 893, 955, 570, 609 e 654

A constatação de que a grande massa da população mineira se dedicava ao setor agropecuário não é novidade; entretanto, essa distribuição não era uniforme em toda a Província.

A grande concentração de lavradores e/ou pecuaristas nas regiões Norte/Noroeste, Jequitinhonha/Rio Doce e Triângulo/ Alto Paranaíba chega, de certa forma, a ser contraditória com a tabela anterior, quando se verifica que era justamente nessas regiões onde se encontrava a menor concentração de escravos. Releve-se, no entanto, que essas regiões só conheceram um aumento populacional a partir do século XX. No que diz respeito ao Noroeste de Minas, mais especificamente à Comarca de Paracatu, a informação fornecida pela Câmara Municipal da Cidade de Paracatu em 15 de janeiro de 1862 é a seguinte: “... *A lavoura da Comarca de Paracatu é quase feita por braços livres, sendo poucos os fazendeiros que possuem escravos que a ela se apliquem...*”. Os camaristas chegavam mesmo a afirmar que a utilização de livres na lavoura era o fator responsável pela alta produtividade agrícola da região¹⁰. Além disso, como veremos adiante, a principal atividade dessa região era a pecuária, atividade esta pouco intensiva de mão de obra. Isto é também verdadeiro para o Triângulo e o Alto Paranaíba. Quanto à região Norte, a economia limitava-se à criação de bovinos de corte e à manufatura de seus subprodutos, ao plantio e produção de derivados da cana-de-açúcar e a alguns surtos ocasionais de produção algodoeira. Nesse sentido, “... *a população escrava [no Norte de Minas] apresentou um comportamento que pode ser chamado de emblemático da situação da Província como um todo. Apesar de ver sua participação diminuir no total da população, ela cresceu em números absolutos e até*

¹⁰ APM, SP Códice 958, p.58.

mesmo conseguiu manter sua participação relativa (ainda que diminuta) no total da Província ...”¹¹

A grande concentração de agropecuaristas na Zona da Mata era, de certa forma, previsível. No período analisado, a lavoura do café encontrava-se em franca expansão no Vale do Paraíba mineiro, principalmente nos municípios de Santo Antônio do Paraibuna (atual Juiz de Fora), Leopoldina, Mar de Espanha e Rio Preto, e vários estudos já têm demonstrado a sua importância como mercado exportador e catalizador de mão de obra escrava. Entretanto, como nos informa OLIVEIRA “ ... *somente na última década dessa primeira metade do século XIX é que ocorreu uma maior difusão da cultura do café. Dentre as unidades encontradas, em 50% apareceram dados relativos ao café. Desse total (...) 37,2% produziam exclusivamente café e 18,8% produziam café, sem contudo, abandonarem a produção de outros alimentos como arroz, feijão e cana, além de criarem animais ...*”¹²

No Sudoeste de Minas, uma lavoura diversificada associada à criação de porcos, como veremos adiante, ocupavam predominantemente sua população. Daí a alta porcentagem de homens livres que se dedicavam às atividades agropastoris e a massa de escravos bem perto da média provincial.

A população do Sul de Minas se dedicava à lavoura do fumo e à criação de gado e a sua mercantilização tanto no nível inter-regional como também interprovincial. Tal mobilidade dos resultados econômicos se explica pela facilidade de acesso da região às estradas que a ligavam ao porto de Santos e interior de São Paulo. Associe-se a isso a transformação que vinha se operando no comércio do gado em pé a partir da metade do século: “... *a monopolização do mercado por Mello e Souza e boiadeiros do Sul de Minas alterou a rota do comércio de gado em Minas, vindo a prejudicar a ação tradicional dos ponteiros e negociantes de outras regiões, como a de São João del Rei ...*”.¹³ Tais acontecimentos explicam certamente o número significativo de negociantes na região registrados na tabela 3.

O Campo das Vertentes, tradicional “praça” mineira das exportações interprovinciais de gêneros de abastecimento, supria ainda de gado e queijos outros mercados provinciais regionais. Este contexto histórico se afina com o trabalho de Afonso de Alencastro que afirma que “... *os negociantes sanjoanenses dominavam a liquidez do mercado. Homens de grande prestígio junto à sociedade local e regiões vizinhas realizavam transações mercantis como intermediários entre São João Del Rei*

¹¹ (BOTELHO, 2000, p.350)

¹² (Oliveira, 2000, p.264)

¹³ (GRAÇA FILHO, 2002, p.198)

e os mercados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, bem como fizeram da Cidade referência para o crédito e financiamento das atividades econômicas da Comarca do Rio das Mortes”¹⁴. Tal dinamismo comercial explica, talvez, o elevado número de escravos ali contabilizados, bem como o grande número de negociantes. Além disso, o número de indivíduos que se dedicavam às atividades agropastoris nessa área é bem reduzido se comparado com a Província, verificando-se o contrário no que diz respeito aos ofícios mecânicos.

Na região Centro, onde estavam localizadas as Comarcas do Rio das Velhas, Piracicaba e Ouro Preto, desde o Setecentos vinham se desenvolvendo atividades agropastoris visando o abastecimento das áreas de extrativismo aurífero. O cultivo de produtos agrícolas permaneceu durante o século XIX, já então acompanhado pelas atividades desenvolvidas pelas fábricas de ferro e olarias. O transporte, principalmente de alimentos, tornou importante, nesta região, a criação de bestas para a formação de tropas. O comércio de abastecimento intra-regional e a centralização do poder administrativo provincial na região Centro podem explicar o número elevado de comerciantes e funcionários públicos ali domiciliados¹⁵. Além disso, nesta região se localizavam as companhias estrangeiras de mineração de ouro que utilizavam largamente a mão de obra escrava. Segundo LIBBY, que estuda a composição da força de trabalho da Mina de Morro Velho, companhia britânica de exploração aurífera com funcionamento quase ininterrupto de 1834 a 1886: “... *a escala das operações era bem grande, já que o total de empregados da Mina atingia até mais de 2.500 indivíduos, e, que pelo menos até a última década do período considerado, a mão-de-obra escrava constituía a franca maioria [1.690 escravos] dessa força total...*”¹⁶. Assim, a utilização de grande contingente de mão de obra escrava pelas indústrias do ouro e do ferro, associada à exploração da lavoura de suprimentos básicos para alimentar a população explica a permanência e o número de escravos nessa região.

Na região Centro-Oeste a população residente se ocupava com a lavoura, mas, principalmente, com a atividade comercial, inclusive agregando valor às mercadorias não produzidas “in loco”, mercantilizando-as. Tal evidência é confirmada pelo ofício do delegado de polícia de Pium-í enviado ao Presidente da Província em 10 de fevereiro de 1856: “... *O comércio consiste na importação de fazendas vindas da corte para os sertões, e gados vindos deste, engordados, exportam-nos (sic) para a Corte, assim como os porcos...*”¹⁷.

¹⁴GRAÇA FILHO, 2001. p.176.

¹⁵Ver SILVA, Flávio Marcus da. 2002)

¹⁶(Libby, 1988, p.136)

¹⁷(APM, SP 609)

Finalizando, quando a análise se centra no nível municipal, verificamos que os negociantes estão concentrados em cidades que vêm sendo descritas na literatura dos viajantes como entrepostos de comércio intra e interprovincial. Sua localização privilegiada em estradas de movimento contínuo de tropas, aliada ao desenvolvimento urbano propiciado pela proximidade a melhores vias de comunicação, pode ser responsável pelo exercício em grande monta de tal ocupação entre os residentes. Ou seja, encontramos homens de negócio em Ouro Preto, São João del Rei, São José del Rei, Pitangui, Pouso Alegre, Itajubá, Campanha, Uberaba, Paracatu, Montes Claros e Diamantina.

4. PRODUÇÃO ECONÔMICA PROVINCIAL

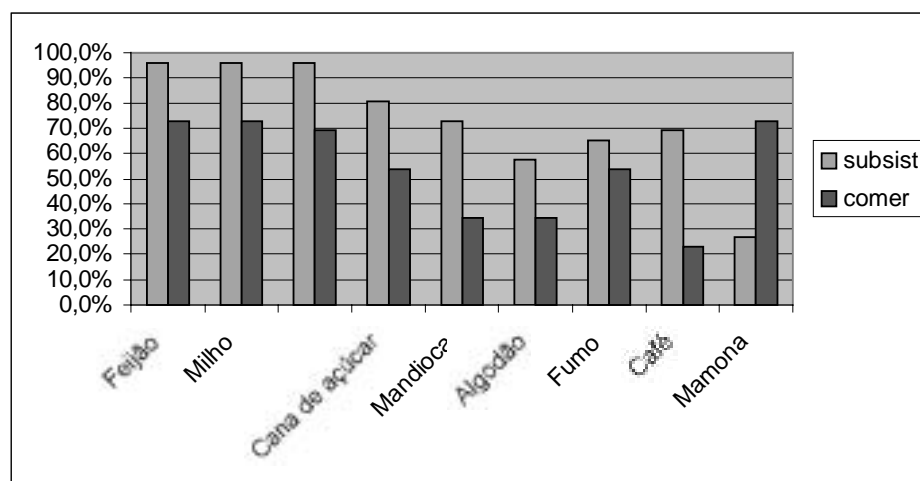
A professora Maria Yedda Linhares nos fornece uma brilhante interpretação de uma *Memória Anônima* sobre a terra de Minas: “... *uma agricultura de poucos gêneros, ruínosa, que se faz sem beneficiar a terra (...) que mal dá para sustentar homens grosseiros e escravos (...) mas que, contraditoriamente, a terra é fertilíssima, o território é imenso e sua gente é por demais frugal, que se limita a consumir milho e feijão e alguns efeitos dos engenhos de cana.(...) Pode parecer estranho nesses relatos à omissão de referências sobre o gado, que sabemos ser abundante e produtivo...*”. A autora está convencida da insuficiência e inadequação desses relatos e apela para que o aprofundamento da pesquisa histórica seja estimulado e reorientado para que seja capaz de “...*revelar a face oculta de uma sociedade fundamentalmente agrária até um passado bem recente...*”.¹⁸ Assim incentivadas procuramos, agora, dar nossa contribuição para o esclarecimento de alguns pontos da economia provincial mineira.

Nossa tentativa de estudo sobre a produção econômica provincial se limitou ao exame detido e minucioso dos mapas de população de 26 municípios que responderam a totalidade dos quesitos do questionário padrão. Os municípios arrolados como amostragem estavam distribuídos por todas as regiões da Província. Neste ponto vale lembrar uma vez mais que em nossos resultados de produção econômica consideramos apenas aqueles produtos cuja frequência de resposta foi significativa. Ou seja, na agricultura o feijão, milho, arroz, cana, mandioca, algodão, fumo, café e mamona. Para a atividade pecuária este recorte não se aplica, na medida em que era praticada por toda a Província.

¹⁸ (Linhares,1981, p.13 e 128-129)

Gráfico I

PORCENTAGEM DOS MUNICÍPIOS QUE EXERCIAM ATIVIDADE AGRÍCOLA EM 1860



Fonte: APM: SP, Códices 893 955, 570, 609 e 654

É interessante notar que o arroz, feijão e o milho eram cultivados em quase todos os municípios, tanto para subsistência como para gerar excedentes para comércio. Os outros produtos, em menor proporção, também geravam excedentes. Destaque-se a mamona, cuja produção era mais voltada para o comércio interno, uma vez que o azeite dela derivado se constituía em indispensável combustível, contribuindo apenas com 80 barris como produto exportável da Província. Já a produção do fumo visava basicamente à comercialização. Além do consumo interno, a folha do fumo era um item importante na pauta de exportação provincial: em 1860 foram exportadas 197.169 arrobas do produto.¹⁹

No que diz respeito ao café, devemos levar em conta o ofício datado de 15 de janeiro de 1859, onde o Presidente da Província de Minas Gerais, Carlos Carneiro de Campos, diz que: “... o município de Leopoldina é, sem dúvida, no presente, o de maior produção neste gênero ... e os de Ubá e Muriaé, que fazem a respectiva exportação pela Vila de São Fidélis e cidade de Campos, produziram já em 1856, cerca de 200.000 arrobas ... por outro lado, o consumo do café tem crescido consideravelmente na Corte e em outras povoações do Rio de Janeiro e, não menos, nas povoações de Minas, que vão prover-se desse gênero nos municípios dessa Província e em poucos das de São Paulo ...”. Entretanto, o boom cafeeiro pouco teve a ver com a vida econômica do conjunto da província. Durante todo o Império ele permaneceu praticamente confinado a alguns municípios da zona da Mata.²⁰

Em trabalho anterior verificamos que a produção do café destinada à exportação estava concentrada em 4 freguesias do município de Leopoldina e na freguesia de Abre Campo, pertencente ao município de Ponte Nova. Ainda assim, quando examinamos a composição das grandes fazendas produtoras da rubiácea (aquelas com mais de 80 escravos), verificamos que, além do café, o cultivo de mantimentos (que estava

¹⁹ (Martins e Martins, 1984)

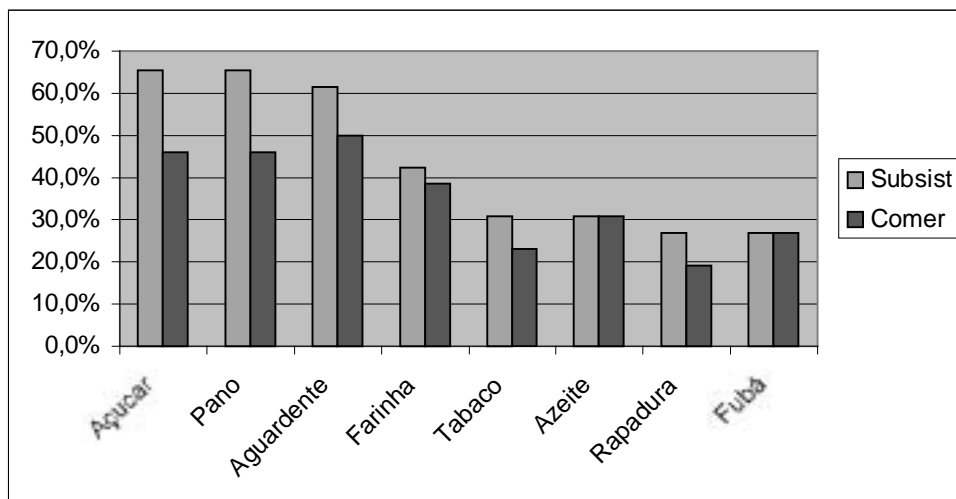
²⁰ Martins e Martins, 1984, Oliveira, 2000

visceralmente ligada à concepção de fazenda produtiva na tradição mineira) era um componente importante da atividade produtiva.²¹

Como veremos adiante, a cultura do café em outras regiões da província se destinava ao consumo interno.

Gráfico II

PERCENTAGEM DOS MUNICÍPIOS QUE SE DEDICAVAM À ATIVIDADE AGRO-INDUSTRIAL EM 1860



Fonte: APM: SP, Códices 893 955, 570, 609 e 654

Entretanto, nem todos os municípios que produziam os produtos agrícolas beneficiavam a produção. Como se pode ver, a cana-de-açúcar era o produto que mais era processado e comercializado. Aí estamos considerando como subprodutos da cana, o açúcar, a aguardente e a rapadura. Entretanto, é preciso salientar que neste mesmo ano a quantidade de açúcar exportado para fora da província mineira correspondia a 4.352 arrobas, o que é uma quantidade ínfima, se considerarmos que no período 1851-55 Pernambuco exportava 4.310.164 arrobas.²² Devemos lembrar que a aguardente e a rapadura não faziam parte da pauta de exportação deste ano. Então, só podemos supor que toda essa produção de derivados da cana era consumida internamente. Na verdade, a cana-de-açúcar em Minas Gerais já foi bastante estudada e os trabalhos de Godoy²³ vêm confirmar nossas suposições.

O algodão era um produto que já nessa época, antes da introdução das fábricas de tecelagem, alcançava um alto nível de transformação. Na verdade, o pano de algodão, um produto artesanal doméstico, além de ser consumido internamente à Província, era um dos itens significativos da pauta de exportação mineira para outras províncias - em 1861/62 foram exportadas 1.797.513 varas de pano de algodão. Já o algodão em rama e com caroço correspondia apenas a 1.033 arrobas para exportação.²⁴

²¹ Martins, Lima & Silva, 2002.

²² (EISENBERG, 1974, p.17)

²³ (GODOY, 2000 e 2002)

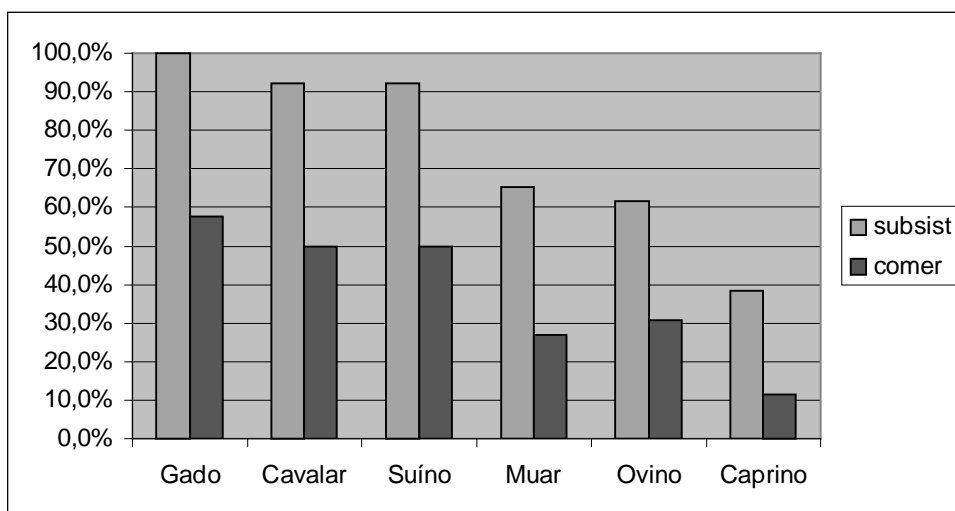
²⁴ (Martins e Martins, 1984.)

Ou seja, o algodão cultivado na Província era destinado, na sua maior parte, à produção de panos.

Quanto aos outros produtos selecionados, pode-se observar que a produção de derivados visava tanto o consumo doméstico quanto à comercialização.

Gráfico III

PERCENTAGEM DOS MUNICÍPIOS QUE SE DEDICAVAM À PECUÁRIA EM 1860



Fonte: APM, SP, Códices 893, 955, 570, 609 e 654

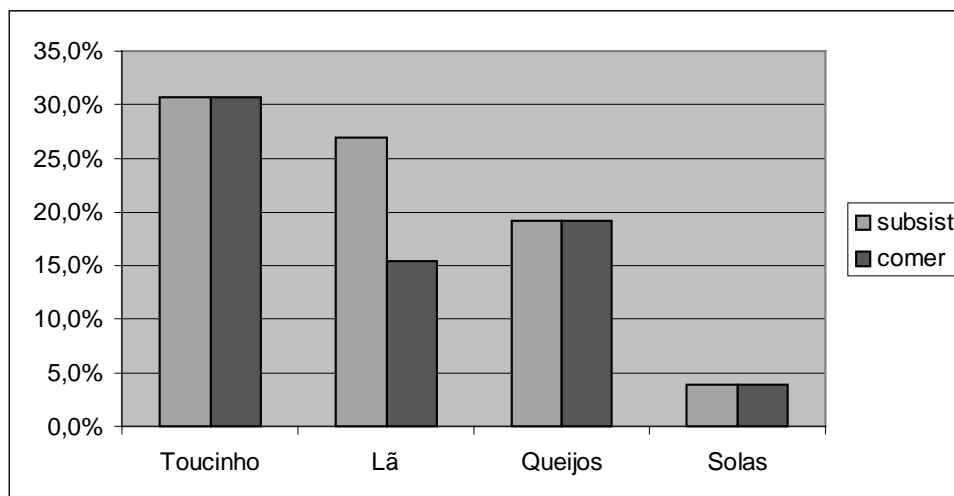
Todos os 26 municípios estudados criavam gado vacum e pouco mais de 91,0% deles criavam cavalos e porcos. Na verdade, o gado vacum e o gado suíno tinham um papel importante na economia provincial mineira. Os gados em pé, principalmente os vacuns e os suínos eram consumidos localmente e um montante significativo era exportado para fora da Província: 49.630 porcos e 63.813 bovinos foram exportados em 1860.²⁵ Os demais tipos de gado eram criados para atender as necessidades locais, embora gerassem excedente certamente mercantilizado localmente, conforme nos informa a pauta de exportação provincial para este ano.

A industrialização dos produtos pecuários se limitava a pouco mais de 30,0% dos municípios amostrados conforme apontamos no gráfico a seguir. Todo o toucinho, queijo e solas produzidos se destinavam ao consumo interno e também à exportação. A pauta de produtos exportados para fora da Província em 1860 bem revela a importância desses produtos: foram exportados 397.297 queijos e 241.078 arrobas de toucinho.²⁶

Por outro lado, sem informações formalizadas, presumimos que a significativa produção de lã era destinada ao consumo interno, tanto doméstico quanto comercial.

²⁵ (Martins e Martins, 1984)

²⁶ (Martins e Martins, 1984)

Gráfico IV**PORCENTAGEM DOS MUNICÍPIOS QUE SE DEDICAVAM INDUSTRIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM PECUÁRIA**

Fonte: APM: SP, Códices 893, 955, 570, 609 e 654

Finalizando, a tabela de exportação exposta abaixo só vem confirmar aquilo que vem sendo dito pela historiografia mineira há mais de duas décadas. O mercado consumidor da Província de Minas Gerais absorvia parcela ponderável de sua própria produção que consistia, basicamente, de alimentos necessários a sua subsistência. A leitura desta tabela ficará mais clara quando comparada com a descrição pormenorizada da produção de cada região que faremos adiante.

TABELA 4**PORCENTAGEM DOS MUNICÍPIOS QUE EXPORTAVAM PRODUTOS EM 1860**

Feijão	73,1%	Cavalos	42,3%
Arroz	65,4%	Pano	38,5%
Milho	65,4%	Farinha	38,5%
Gado	57,7%	Queijo	30,8%
Aguardente	57,7%	Algodão	26,9%
Toucinho	53,8%	Azeite	26,9%
Açúcar	46,2%	Fubá	26,9%
Fumo	46,2%		

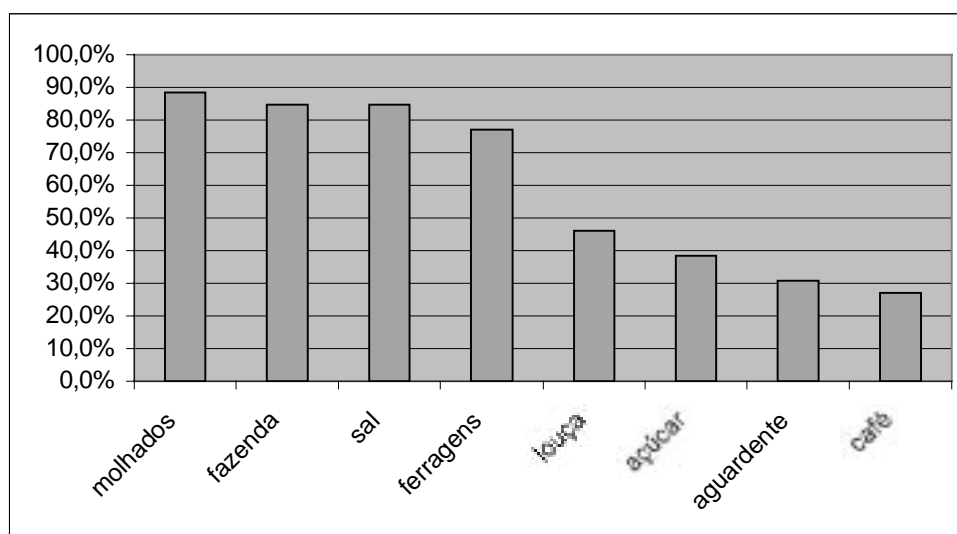
Fonte: APM: SP, Códices 893, 955, 570, 609 e 654

O café não foi incluído como produto de exportação porque, como veremos adiante, a região produtora desse bem não declarou qual era sua pauta de exportação. Além disso, este produto, cultivado em quase toda a Província como cultura de subsistência, não se apresentou como item significativo em termos de exportação para figurar como participante nesta tabela.

Por outro lado, a auto-suficiência de Minas em termos de mercado de abastecimento é demonstrada no gráfico V. A Província só importava aquilo que não conseguia produzir. Produtos sempre referidos como do Reino ou estrangeiros entraram em Minas Gerais durante todo o século XIX como complementos e objetos de luxo que, exceto o sal e as ferragens, podiam ser dispensados pela dieta e pelo trabalho do mineiro Oitocentista. As importações de louça, aguardente, açúcar e café só se verificaram nos níveis intermunicipais e inter-regionais.

Gráfico V

PORCENTAGEM DOS MUNICÍPIOS QUE IMPORTAVAM PRODUTOS EM 1860



Fonte: APM: SP, Códices 893, 955, 570, 609 e 654

6 - PRODUÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

Concentremo-nos agora na produção econômica de cada região. Acreditamos que, fazendo este exercício, estaremos, ao mesmo tempo, estudando o caráter vicinal da economia mineira e a possibilidade do estabelecimento de “pólos de especialização” de determinados itens de abastecimento. Isto porque percebemos que em algumas regiões a produção econômica tinha um perfil mercantil bastante moderno para a época. Tal fato se deve, preponderantemente ao nosso ver, à localização geográfica privilegiada do ponto de vista do escoamento da produção, qual seja, a proximidade de áreas mais urbanizadas assim como o acesso às estradas intermunicipais e interprovinciais. Para atender este intento, a produção econômica de cada região foi tratada no nível municipal objetivando a preservação das micro-particularidades que permitam um certo preciosismo na observação do fluxo comercial interno de cada região.

REGIÃO CENTRO

A região central de Minas, que corresponde a atual região metalúrgica, durante os séculos XVII e XVIII sediou a exploração do ouro, principalmente o ouro aluvial, o poder político (em Ouro Preto) assim como o primeiro bispado mineiro (em Mariana).

Consequentemente, também sediou uma grande concentração populacional. Mesmo antes do esgotamento das reservas auríferas, toda essa população precisava ser alimentada e pequenas roças começaram a ser cultivadas. No período aqui referenciado, a lavoura já era praticada em toda a região, e o comércio intra-regional era intenso. É interessante observar o fluxo da produção entre os três municípios que, na época formavam a Comarca de Ouro Preto: Ouro Preto, Bonfim e Queluz.

Bonfim se colocava, nesta época, como um centro de produtos industrializados, enquanto os outros dois municípios se responsabilizavam pela produção de matérias-primas, ou seja, em Queluz e Ouro Preto se responsabilizavam pelo plantio de algodão necessário à manufatura de panos sediada por Bonfim. Note-se que, em todas as produções acima, tanto o plantio quanto indústria, se efetivavam nos níveis comercial e de subsistência. Situação parecida é relatada para a mamona e a cana-de-açúcar: Ouro Preto se responsabilizava pelo plantio da mamona em condições de subsistência enquanto Bonfim industrializava o azeite para consumo interno e externo à região. Em Queluz se situava a plantação e a produção de derivados da cana e do fumo: açúcar aguardente, rapadura e tabaco. Toda produção associada à estas culturas visava clara e principalmente ao comércio interno e externo aos municípios. O milho e o fubá ficavam restritos à Ouro Preto e Queluz. A capital da Província cultivava a mandioca que era transformada em farinha de mandioca e polvilho em Queluz. O arroz e feijão também tinham uma participação importante na economia desta região, tanto no nível de subsistência quanto comercial. Os dados nos revelam ainda que o plantio do café se efetivava em escala doméstica nos municípios de Bonfim e Ouro Preto.

Quanto à produção pecuária regional, localizamos registros de criação do gado vacum, e cavalari no nível de subsistência. Somente Bonfim se estabelece como criador em escala comercial. Criações de muaras e suínos foram registradas em todos os municípios da região, já a produção de toucinho, importante mercadoria de exportação, foi mencionada apenas pelos municípios de Queluz e Ouro Preto. A produção de panos de lã em Bonfim e Ouro Preto deixa entrever a importância local da criação de ovinos nesta área, ovelhas.

Importando mercadorias tradicionais, a Comarca de Ouro Preto revelava ainda suas necessidades de açúcar, aguardente e café. Por outro lado, comercializava o feijão, o arroz, o milho, fumo e algodão, toucinho, aguardente, açúcar, farinha de mandioca, fubá, panos de lã e de algodão, azeite e gado vacum.

Nos outros municípios da região os nossos dados não permitem detectar o intercâmbio comercial registrado acima. Itabira concentrava-se nas lavouras de feijão,

arroz e milho orientadas para a comercialização. Estes grãos além do café, algodão, fumo e mamona certamente garantiam a demanda interna municipal. Entretanto, o plantio da cana-de-açúcar, do algodão e da mandioca destinava-se tanto ao consumo interno in-natura, como à produção de derivados como açúcar, aguardente, rapadura e farinha de mandioca. O pano de algodão era fabricado em pequena escala, e direcionado para as necessidades internas ao município.

Segundo os registros, Mariana se dedicava ao comércio sem se descuidar da subsistência. Plantava-se o feijão, arroz, milho, cana-de-açúcar e o fumo com fins domésticos, comercial e industrial e manufaturava-se o açúcar e o tabaco.

Caeté se estabelecia como produtor de café, algodão, fumo, mamona, farinhas de mandioca e de milho e fubá visando a demanda interna e externa ao município. Já a manufatura do pano de algodão se destinava somente às necessidades locais.

A manufatura de produtos de origem agrícola também está presente em Sabará e Santa Luzia para onde encontramos registro do fabrico do pano de algodão, açúcar, aguardente, azeite, farinha de mandioca tanto para a subsistência quanto para o comércio. .Da mesma forma que a rapadura tinha sua produção exclusiva em Sabará, a manufatura do tabaco e do fubá era sediada por Santa Luzia. Curiosamente, os registros nos informam que o açúcar era um produto municipal tanto importado como exportado, fato este que nos leva a pensar que, talvez, esta região se constituísse em um entreposto comercial regional/provincial deste produto.

No setor pecuário, as criações de gados vacum e suíno se mostram como atividades mais importantes em Itabira do ponto de vista da produção de derivados. Eles forneciam a matéria prima para o fabrico do queijo e do toucinho para subsistência e para o comércio. Os gados cavalari e muar são, também, encontrados na região Centro. É interessante notar que somente Itabira registra a criação de ovinos em escala comercial. A produção pecuária de Mariana, Caeté, Santa Luzia e Sabará se destinava especificamente às necessidades locais. Desta produção, não se registram produtos derivados.

Tradicionalmente mineira, na região Centro se importava, além de fazenda seca, molhados, sal, ferragens e artigos de louça. Na pauta de exportação regional constavam produtos primários – feijão, arroz, fumo, milho, algodão, gados vacum e cavalari – e derivados como queijos, aguardente, açúcar, toucinho e farinha de mandioca e pano de algodão.

REGIÃO SUL

Na região Sul se cultivava, no nível de subsistência, a cana-de-açúcar e o café e, no nível mercantil, o milho, feijão e o arroz, cujas lavouras se concentravam nos municípios de Cristina e Aiuruoca. O comércio desses grãos era intenso na região. Entretanto, o cultivo regional de excelência era o do fumo, destinado à produção da folha e do tabaco em escala de subsistência e comercial. Nesta atividade específica se destacavam os municípios de Cristina, Aiuruoca e Pouso Alegre. Os registros fazem constar ainda a manufatura regional do pano de algodão destinada ao mercado. Entretanto, não foram encontrados registros de plantio, muito menos de importação de algodão pelos municípios da região.

Tudo indica que no Sul a pecuária era uma atividade econômica significativa, orientada para a comercialização intermunicipal. Os registros apontam a criação de gado vacum, suíno, cavalar e muar no nível de subsistência. No entanto, os dois primeiros tipos de gado tinham alguma relevância no que diz respeito à exportação extraprovincial., principalmente no município de Aiuruoca. Neste mesmo município foram encontradas ainda indústrias artesanais ligadas à este setor: toucinho e queijos eram produzidos com vistas tanto às necessidades domésticas quanto de mercado.

Em sua pauta de comércio externo, a região apresentava-se como importadora de fazenda seca, sal, molhados, ferragens, açúcar, louça, aguardente e café. Por outro lado, exportava, além do fumo, gado em pé: vacum e cavalar, toucinho e queijos. Releve-se, entretanto, que somente as folhas do fumo se constituíam em produto comercial exportável.

REGIÃO CAMPO DAS VERTENTES

Os mapas de população relatam que nesta região plantava-se a cana-de-açúcar, cuja produção era basicamente destinada à indústria do açúcar e da aguardente, orientada para o mercado local e externo. Este também é o caso do fumo, cultivado em toda a região. Entretanto, sua transformação em tabaco para fins comerciais estava concentrada no município de Oliveira enquanto a folha de fumo era exportada pelos três municípios. Segundo os dados, o azeite de mamona era um produto comercial importante nos municípios de Oliveira e São João del Rei, participando inclusive da pauta de exportação dos mesmos. A produção ali localizada parece ter garantido as necessidades domésticas de toda a região

O plantio do algodão aparece nos registros municipais da época como uma atividade econômica de subsistência e confeccionavam-se panos de algodão para consumo local em todos os três municípios arrolados. Produção com objetivo comercial

foi observada apenas em São João del Rei, embora os dois municípios restantes também assinalem que esse produto (*em pequeno ponto*) fazia parte de sua pauta de exportação.

É interessante notar que, enquanto a mandioca se colocava como um produto cultivado no nível de subsistência, a farinha de mandioca aparecia como um bem significativamente mercantil, inclusive passível de exportação. Este nos parece um caso claro de produção orientada basicamente para a indústria. Destaque-se que não há registro de plantio de mandioca e nem fabrico de sua farinha no município de São José del Rei.

A produção de grãos era uma importante atividade econômica regional. O milho era cultivado tanto para o consumo interno como para comercialização. Poderíamos até arriscar a afirmação de que o comércio desse grão parece ter sido um grande negócio intra-regional. O fabrico do fubá era atividade econômica registrada somente em São João del Rei, orientada para a mercantilização interna e externa ao município. O arroz, o feijão e o café eram produzidos em grande escala com vistas ao abastecimento tanto do mercado interno quanto do externo à região.

Na atividade pecuária distinguiam-se as criações de gado vacum, cavalari, suíno e ovino efetivadas em larga escala. Parece-nos que a oferta atendia “com largueza” as necessidades locais gerando excedentes que, provavelmente, se orientavam para o mercado externo à Província. A criação de gado muar era também uma atividade ativa nos municípios de Oliveira e São João del Rei. Registrava-se ainda, em Oliveira, a criação de caprinos orientada mais para as necessidades internas a este município.

A industrialização de derivados desta atividade econômica nos permite inferir o comércio regional de produtos com valor agregado e, assim, mais rentáveis no mercado. Produzia-se o apreciado queijo mineiro, ofertado no nível doméstico e comercial por São João del Rei e São José del Rei, sendo inclusive artigo de exportação. A produção de toucinho nos municípios de Oliveira e São João del Rei parecia seguir as mesmas orientações mercantis do queijo. A lã também podia ser considerada um produto comercialmente importante, na medida que era destinada à exportação. Destaque-se ainda a produção de solas em São José del Rei, produção esta destinada, provavelmente, às necessidades municipais.

O Campo das Vertentes importava produtos como a louça, aguardente e café em pequenas quantidades. Por outro lado, a pauta de exportação era bastante diversificada. Em primeiro lugar, estavam os gados e seus subprodutos: queijos e toucinho. Seguiam-se feijão, arroz, milho, algodão, aguardente de Oliveira e São José del Rei, o açúcar,

panos de algodão, azeite de mamona, fubá e farinha de mandioca produzidos em Oliveira e São João del Rei.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Nesta região, o algodão era o produto mais importante e seu plantio se efetivava no nível de subsistência e comercial. Outros produtos também eram cultivados, mas somente no nível de subsistência. Neste quadro se inserem o milho, a cana-de-açúcar, a mamona, a mandioca, o arroz e o feijão. O município de Formiga registra ainda o plantio do fumo. A criação de gados vacum, cavalariço, ovino e caprino, bem como a produção de queijo ali desenvolvida se destinava ao consumo local.

Observando ainda os registros, detecta-se uma especialização em Santo Antônio do Monte, Formiga e Pium-í na produção de derivados associados à atividade agropecuária, principalmente aqueles relacionados à pecuária suína. O milho era cultivado para a engorda de porcos e o toucinho era produzido em volume suficiente para atender as necessidades domésticas e as do comércio. O gado vindo dos “sertões” passava aí a inverno para a engorda e, posteriormente, era exportado para a Corte.

O principal produto industrializado associado à atividade de plantio era o pano de algodão, cuja produção nitidamente se orientava para o mercado interno e externo à região. Na verdade, é o único produto manufaturado registrado na pauta de exportação regional. O açúcar, a aguardente e a rapadura produzidos visavam o abastecimento interno da região. Por outro lado, os produtos importados se resumiam àqueles que não eram produzidos na Província, quais sejam, ferragens, fazendas secas e molhadas.

REGIÃO TRIÂNGULO/ALTO PARANAÍBA

A produção agrícola, assim como os produtos industrializados dela derivados, registrados para a região do Triângulo/Alto Paranaíba objetivavam o atendimento da demanda interna e externa. O cultivo da cana-de-açúcar é registrado em todo o território, embora somente para Uberaba se tenha o registro de plantio destinado ao comércio.

O algodão também se mostrou um produto de valor comercial importante para esta região. Cultivado no nível de subsistência em todos os municípios arrolados, era no Prata que sua importância comercial se revelava. O fabrico de pano de algodão estava disseminado pela área e seu comércio se destinava ao mercado regional interno e externo. O plantio do fumo, da mandioca, do milho, do feijão e do arroz era trivial nesta área mineira e devia ser efetivado em larga escala, na medida em que se constituíam produtos de exportação. Já a mamona e o café ali cultivados bastavam às necessidades internas.

A produção pecuária, principalmente o gado vacum, tinha grande importância comercial, tanto como gado em pé como fornecedora de matéria prima para a produção do queijo canastra fabricado no Desemboque e no Prata. Assim como o vacum, os gados cavalari e caprino também ocupavam posição de destaque como mercadoria no nível de subsistência e comercial, nos municípios arrolados. A criação de ovelhas era representativa se considerarmos sua orientação comercial, destacando-se a manufatura, ainda que em pequena escala, do pano de lã em Desemboque. Por outro lado, a produção de toucinho como mercadoria destinada ao abastecimento regional interno e externo revela a importância da criação de suínos na região, especialmente no município de Bagagem. Na verdade, o gado suíno em pé tinha papel de relevo na pauta de exportação desta porção da Província.

Assim como toda a Província, a população demandava importações de fazenda seca, molhados, sal e ferragens. Os dados revelam ainda a necessidade de louça no município do Prata. Por outro lado, os produtos in natura: arroz, feijão, algodão, fumo, os industrializados: queijos, aguardente, açúcar, farinha de mandioca, panos de algodão, toucinho e gado em pé: vacum, cavalari, suíno, compunham a pauta de exportação desta região.

REGIÃO JEQUITINHONHA/RIO DOCE

Milho e mandioca eram culturas verificadas em toda esta região e seu plantio se efetivava em escalas de subsistência e comercial. Os municípios de Conceição e Diamantina processavam a mandioca produzindo farinha o suficiente para o consumo local e algum comércio. Algumas culturas e produções industriais individualizavam os municípios, quais sejam, mamona em Diamantina, fumo e fubá no Serro e cana-de-açúcar em Conceição, que se especializou na produção de seus derivados: açúcar, aguardente e rapadura.

O azeite de mamona era industrializado em Diamantina e no Serro, embora este último não produzisse a matéria prima. O feijão e o arroz tinham suas culturas difundidas em toda a área e os volumes de produção garantiam o abastecimento doméstico e do comércio. O plantio do café, no nível de subsistência, só foi registrado pelo município de Conceição. Tudo indica que toda a produção citada era comercializada dentro da própria região.

A produção pecuária nos pareceu basicamente dirigida às necessidades locais. Verificou-se a importância da criação dos gados vacum e suíno em Conceição e Serro respectivamente, destinados à produção de matéria prima para o fabrico, em escala de

subsistência e comercial, do queijo em Conceição e do toucinho no Serro. A criação de cavalos e muares atendia principalmente às demandas locais.

Já em Minas Novas, além da pecuária, se registrou ainda a extração do sal, que fazia parte da pauta de exportação municipal²⁷. Entretanto, não se pode dizer que havia autonomia na oferta deste produto, uma vez que os registros apontam a necessidade de importação de sal. Neste município, a atividade agrícola se limitava ao cultivo de cereais de primeira necessidade.

Nesta região, todos os municípios eram dependentes da importação do sal e molhados. Diamantina importava ainda o açúcar e aguardente. Este último produto fazia parte também da pauta de importação do município do Serro, acrescida ainda de fazenda seca, ferragens e louça. Conceição também necessitava aguardente além da fazenda seca e do café. Estes três municípios exportavam arroz, feijão e milho.

Focalizando o comércio de produtos com maior valor agregado, a região exportava toucinho, aguardente, fumo (Serro), queijo (Conceição) e sal (Minas Novas). O azeite de mamona e a farinha de mandioca constituíam os produtos de exportação de Diamantina, enquanto a aguardente era comercializada pelos municípios do Serro e Conceição, sendo que este último município exportava também gado em pé vacum e cavalos.

REGIÃO SUDOESTE

Embora tenhamos conseguido poucas informações sobre a atividade produtiva da região, nos valemos dos depoimentos dos vigários de Caldas e Jacuí que relataram ao Presidente da Província as indústrias por que mais se distinguem os municípios.

Em primeiro lugar, a região criava suínos que eram destinados tanto para a fabricação do toucinho como para exportação do gado em pé. Além disso, existia a exploração de terras para invernadas do gado vindo de Paracatu e Uberaba com destino a outras Províncias (possivelmente São Paulo e Rio de Janeiro) o que, provavelmente, resultou na formação de um grupo de atravessadores na região.

Já o plantio de cana, café, milho fumo, feijão e algodão eram praticados em toda a região para atender às necessidades locais. O vigário de Jacuí também menciona uma fábrica de ferro, mas de pequeno porte.

REGIÃO MATA

A região da Mata mineira localizava-se no sudeste de Minas, fronteira com o Rio de Janeiro. A área produtora de café está representada neste trabalho pelos municípios de Leopoldina, Mar de Espanha e São Paulo de Muriaé e pela freguesia de

²⁷ Embora conste do mapa de população de Minas Novas a extração do sal como atividade da região, é mais provável que os arroladores estivessem se referindo à extração da cal ou do salitre.

Abre Campo. Nessas localidades encontramos unanimidade nas declarações de que o cultivo do café era a atividade pela qual mais se distinguia a população. Mas são também registrados o cultivo da cana e a manufatura do açúcar, a criação de gado e a lavoura de mantimentos, mas só para o consumo dos seus habitantes. Entretanto, os respondentes deixaram de declarar os produtos de exportação e importação destes municípios. Embora nossos dados sejam escassos no que diz respeito à indústria cafeeira mineira, ela tem sido tão bem estudada que nos remetemos de bom grado a outras fontes.

Como bem registra OLIVEIRA, “... *As unidades produtivas [de café] eram diversificadas internamente, o que se observa pela presença de roças de alimentos destinados ao consumo da unidade doméstica e à possível revenda de excedentes nos mercados locais. Mesmo quando a presença de roças e alimentos colhidos não era citada no momento do inventário, as referências a benfeitorias, tais como moinho, paiol, monjolo, dentre outras, demonstraram o perfil das unidades agrícolas, sempre dispostas a prover a maior parte das necessidades de subsistência familiar, bem como de alimentação dos escravos*”.²⁸ Em outras palavras, concordamos com os achados de vários historiadores que demonstraram ser o café, nesta época, um produto cultivado predominantemente no sul da zona da Mata, enquanto nos demais municípios a lavoura era mais diversificada.

No município de Pomba, os registros assinalam que as atividades econômicas ali desenvolvidas se voltavam exclusivamente para a produção de derivados da cana-de-açúcar e da pecuária suína orientada para a exportação, excetuando-se a rapadura. Caso desconsideremos a possibilidade de sub-registro ou mesmo de displicência por parte da autoridade local responsável pelas informações, podemos aferir uma especialização plena neste município: um cluster agropecuário. Conseqüentemente, a indústria local se resumia à produção de açúcar, aguardente, rapadura e toucinho. Segundo os registros, esses produtos atendiam o mercado local e o excedente, com a exceção da rapadura, eram exportados. Curiosamente, Pomba nada importava nesta data, o que nos leva a pensar em uma economia auto-sustentável, caso se sustente a tese do sub-registro da produção exclusivamente doméstica dos demais produtos de abastecimento necessários à sobrevivência da população local.

Já em Ponte Nova foram encontrados cultivos diversificados nos níveis de subsistência e comercial: cana-de-açúcar, fumo, milho e café. O plantio da mamona, da mandioca e do algodão, assim como do feijão e do arroz, se destinava apenas à

²⁸ OLIVEIRA 2000 p. 265.

subsistência. Quanto à transformação de produtos ligados à agricultura, os registros apontam o fabrico de panos de algodão e produção de lã.

REGIÃO NORTE/NOROESTE

A região Norte/Noroeste encontra-se representada pelos municípios de Paracatu, Januária, Montes Claros e Grão Mogol. A atividade agrícola ali desenvolvida consistia basicamente no plantio da cana, café, fumo, algodão, arroz, mandioca, milho e feijão. Todos esses gêneros, além de consumidos localmente, eram também exportados, bem como os produtos que sofriam processo de transformação quais sejam o açúcar, a aguardente, a rapadura e a farinha de mandioca.

Quanto ao pano de algodão, apenas Januária mencionava sua manufatura e toda a produção era consumida no próprio município. O território que compreendia os municípios de Paracatu e Januária, segundo relatos históricos, parecia ser a região mais propícia ao desenvolvimento agropastoril “...possui as mais pingues e duradouras pastagens; um clima ameno para a saúde, e favorável para as produções agrícolas; produz todos os gêneros alimentícios conhecidos...”.²⁹ Assim, a pecuária nesta área se desenvolvia através de diversificada criação: bovinos, cavalares, muares, suínos e ovinos. A fabricação de queijo e o curtume de peles de animais faziam parte de sua atividade econômica. Essas atividades também estavam presentes em Montes Claros, enquanto o município de Grão Mogol se dedicava a lavoura e a mineração.

A região como um todo explorava o salitre tanto para consumo interno como para comercialização externa. Existiam pequenas minerações de ouro, ferro, diamante e chumbo, todas em pequeno ponto.

Neste ponto, é interessante reproduzir parte das observações do mapa de Januária, na medida que é o único município que forneceu informações mais detalhadas sobre o fluxo comercial dos produtos regionais: “... O município de Januária importa cerca de 25 contos de réis em diversos gêneros vindos da cidade de Paracatu. Importa fazendas secas, ferragens e sal do Rio de Janeiro e Bahia. Metade desta importação é reexportada para os municípios de São Romão, Montes Claros de Formigas, Paracatu e Província de Goiás”.³⁰

²⁹ (APM, SP 958, p.58).

³⁰ (APM, SP 570)

7- CONCLUSÃO

A partir dessa descrição pormenorizada da produção econômica da Província, podemos perceber que os municípios mineiros produziam quase tudo que era necessário para sua sobrevivência e valiam-se de um comércio intermunicipal para se abastecer com aquilo que não era produzido. Isso caracteriza uma economia vicinal.

Vimos também que algumas regiões, além de produzirem os bens necessários para sua manutenção, apresentaram uma especialização em determinados itens proporcionada, talvez, por sua própria localização geográfica. É o caso do café no sul da Zona da Mata, o fumo na região Sul de Minas, o algodão no Centro-Oeste e no Alto Paranaíba e alguns surtos algodoeiros no Norte, a criação de suínos no Sudoeste e a criação de gado no Triângulo e no Norte/Noroeste de Minas.

Já o Campo das Vertentes apresentou-se como um importante entreposto comercial interligando as regiões com as Províncias vizinhas. Para as demais regiões, nossos dados não permitem inferir qualquer tipo de especialização além da produção de gêneros de abastecimento.

Bibliografia

- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO: Seção Provincial Códices 570, 609, 610, 612, 654, 955, 956, 1005 e 1006.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO: Relatório do Presidente da Província, 1855
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Demografia e Família Escrava em Montes Claros no século XIX .in Oliveira, Marcos Fábio Martins de et alli. *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed Unimontes ,2000.
- EISENBERG, Peter. *The Sugar Industry in Pernambuco, 1840-1910. Modernization without Change*. Berkeley, Los Angeles, London, 1974.
- GODOY, Marcelo Magalhães. Os Engenheiros entre a Norma e a Clandestinidade: As Relações entre o Estado e a Agroindústria Canavieira de Minas Gerais no Século XIX.. *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000
- GODOY, Marcelo Magalhães. Espaços Canavieiros Regionais e Mercado Interno. Subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados da cana-de-açúcar da Província de Minas Gerais. *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002)
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Fontes para a História do Comércio de Minas Gerais. In: Botelho, Tarcísio Rodrigues et al. *História Quantitativa e Serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUBH-MG, 2001
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, *A Princesa do Oeste E O Mito da Decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- LANA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*. Campinas(SP): Editora da UNICAMP, Brasília: CNPq, 1988.
- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas C. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LINHARES, Maria Yedda e Silva, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira. Combates e Controvérsias*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar, Revisitando a Província: Comarcas, Termos, Distritos e População de Minas Gerias em 1833-35. *20 Anos do Seminário sobre a Economia Mineira*, vol. II. Cedeplar 2002.
- MARTINS , Maria do Carmo Salazar , LIMA, Maurício, e SILVA, Helenice C.C. População de Minas Gerais na Segunda Metade do Século XIX: novas evidências. *X Seminário Sobre a Economia Mineira*, Cedeplar, 2002.
- MARTINS, Roberto Borges. A Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX. *Texto para Discussão Nº 10*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982
- MARTINS, Roberto Borges----- Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, outra vez. In: SZMRECSANYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral, orgs. *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo, HUCITEC, 1996.
- MARTINS, Roberto Borges e MARTINS, Maria do Carmo Salazar. As Exportações de Minas Gerais no século XIX. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.58, 1984. Belo Horizonte.
- MARTINS FILHO, Amilcar Viana, MARTINS, Roberto B. Slavery in a non-export economy: nineteenth century Minas Gerais revisited. *Hispanic American Historical Review*. 63(3): 537-568, august 1983.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Cafeicultura Mineira: Formação e Consolidação – 1809-1870. *Anais do IX Seminário Sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000.
- PAIVA, Clotilde Andrade e MARTINS, Maria do Carmo Salazar. “Minas Gerais em 1831. Notas sobre a Estrutura Ocupacional de Alguns Municípios.” *Anais do III Seminário Sobre Economia Mineira* . Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1984.
- PAIVA, Clotilde A. e GODOY, Marcelo M. Engenhos e Casas de Negócios nas Minas Oitocentista. *Anais do VI Seminário sobre a economia mineira*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1992.
- SILVA, Flávio Marcus da. Subsistência e Poder: A política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas, *Tese de doutorado*, 2002.
- SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH-UNICAMP, Nº 17*. Campinas, junho, 1985.